ISSN 0103-7013
Licenciado sob uma Licença Creative Commo

Artigo Científico

dx.doi.org/10.7213/psicolargum.44.126.AO11

PSICOLOGIA Argumento

PUCPRESS

periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento

Mídias digitais na escola: percepções de professores sobre o uso por crianças e adolescentes

Digital media at school: teachers' perceptions of use by children and adolescents

Medios digitales en la escuela: percepciones docentes sobre el uso por niños y adolescentes

Polyana Gabriele Rodrigues Leal [A]
São Luís, ma, Brasil
[A] Universidade Federal do Maranhão (ufma), Curso de Psicologia

Isadora Garcia de Goes [B]
Porto Alegre, rs, Brasil
[B] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ufrgs), Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ana Deyvis Santos Araújo Jesuíno [C]
São Luís, ma, Brasil
[C] Universidade Federal do Maranhão (ufma), Departamento de Psicologia

[a] Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão, e-mail: polyanalealpsi@gmail.com

[b] Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e-mail: isadoragarciagoes@gmail.com

[c] Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão, e-mail: ana.deyvis@ufma.br

Como citar: LEAL,P. G. R.; GOES, I. G..; JESUINO, A. D. S. A. Mídias digitais na escola: percepções de professores sobre o uso por crianças e adolescentes. *Psicologia Argumento*, 44(126). 2038-2061,2026. https://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.44.126.AO11

Resumo

Na contemporaneidade, crianças e adolescentes crescem imersos em mídias digitais, que ocupam importante espaço em sua formação e em suas relações interpessoais. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção de professores sobre os efeitos do uso de mídias digitais por crianças e adolescentes, especialmente estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Participaram sete professores de uma escola pública de São Luís - MA, que responderam a entrevistas semiestruturadas. A análise temática reflexiva identificou cinco temas relacionados às percepções docentes. Os resultados sugerem que os professores percebem prejuízos associados ao uso excessivo de telas, com impactos no desempenho escolar, concentração, socialização, qualidade do sono e desenvolvimento motor. Também foi identificado um sentimento de apreensão relacionado à qualidade e à natureza dos conteúdos acessados, sobretudo pela falta de supervisão. Por outro lado, os participantes reconhecem o potencial didático das mídias digitais, desde que seu uso seja orientado e mediado. A regulamentação do uso de celulares nas escolas é vista com otimismo, embora sua efetividade dependa de investimentos estruturais e pedagógicos. Por fim, os resultados sugerem que o uso saudável das tecnologias exige corresponsabilidade entre famílias, governos, escolas, empresas e a sociedade civil.

Palavras-chave: mídias digitais; percepção docente; Ensino Fundamental; regulamentação.

Abstract

In contemporary times, children and adolescents grow up immersed in digital media, which occupies a significant space in their development and interpersonal relationships. This study aimed to analyze teachers' perceptions regarding the effects of digital media use by children and adolescents, especially students in the final years of elementary school. Seven teachers from a public school in São Luís - MA participated, answering semi-structured interviews. Reflective thematic analysis identified five themes related to teacher perceptions. The results suggest that teachers perceive harms associated with excessive screen time, impacting school performance, concentration, socialization, sleep quality, and motor development. A sense of apprehension was also identified regarding the quality and nature of accessed content, primarily due to a lack of supervision. On the other hand, participants recognize the didactic potential of digital media, provided its use is guided and mediated. The regulation of cell phone use in schools is viewed with optimism, though its effectiveness depends on structural and pedagogical investments. Finally, the results suggest that the healthy use of technologies requires shared responsibility among families, governments, schools, companies, and civil society.

***Keywords**: digital media; teacher perception; Elementary Education; regulation.*

Resumen

En la contemporaneidad, los niños y adolescentes crecen inmersos en los medios digitales, que desempeñan un papel relevante en su formación y en sus relaciones interpersonales. Este estudio tuvo como objetivo analizar la percepción de docentes sobre los efectos del uso de estos medios por estudiantes de los últimos años de la enseñanza primaria. Participaron siete profesores de una escuela pública de São Luís (MA), quienes

respondieron a entrevistas semiestructuradas. El análisis temático reflexivo identificó cinco temas relacionados con sus percepciones. Los resultados indican que los docentes asocian el uso excesivo de pantallas con impactos negativos en el rendimiento escolar, la concentración, la socialización, la calidad del sueño y el desarrollo motor. Asimismo, expresan preocupación por la falta de supervisión y por la naturaleza de los contenidos a los que acceden los estudiantes. No obstante, reconocen el potencial didáctico de los medios digitales cuando su uso es orientado y mediado pedagógicamente. La regulación del uso de teléfonos móviles en las escuelas es valorada positivamente, aunque su efectividad depende de inversiones en infraestructura, formación docente y estrategias educativas. En conjunto, los hallazgos sugieren que promover un uso saludable de las tecnologías requiere la corresponsabilidad de familias, escuelas, gobiernos, empresas y sociedad.

Palabras clave: medios digitales; percepción docente; Educación Primaria; regulación.

1. Introdução

Na contemporaneidade, a Era Digital inaugurou uma série de inovações tecnológicas que inseriram as telas no cotidiano da sociedade. Esses aparelhos foram gradativamente incorporados à rotina de pessoas de diferentes idades, incluindo bebês, crianças e adolescentes, produzindo efeitos significativos na vida humana (Abreu, 2019). Para os "nativos digitais", geração que nasce e cresce em meio às ferramentas da Era Digital, a exposição aos dispositivos eletrônicos ocorre cada vez mais cedo (Prensky, 2001). Nesse sentido, a Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) recomenda que o tempo diário de uso seja limitado conforme a idade e o desenvolvimento cognitivo e psicossocial de crianças e adolescentes.

Esse estudo parte da perspectiva da Teoria Histórico-Cultural proposta por Lev Vygotsky. Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais e da mediação da linguagem (Vygotsky, 1991). Nessa direção, problematizamos o desenvolvimento das funções psicológicas superiores em um contexto marcado pela crescente presença das tecnologias digitais, considerando que a teoria vygotskiana valoriza a interação entre a criança e as pessoas em seu ambiente como elemento essencial para os processos de desenvolvimento (Vygotsky, 1991).

Outrossim, é fundamental considerar as especificidades das infâncias e adolescências, uma vez que o uso de telas é influenciado por contextos culturais, econômicos, sociais e de saúde (Brasil, 2025b). Nessa ótica, os conteúdos acessados e os contextos de uso influenciam emoções, cognição e sociabilidade (Straker et al., 2018). O acompanhamento dos conteúdos também atua como fator de prevenção a possíveis riscos digitais, já que o acesso ilimitado pode expor crianças e adolescentes a conteúdos inadequados, práticas de violência e vitimização por crimes (Brasil, 2025b).

Partimos do princípio, ainda, que o mundo algoritmizado não ocorre em separado do mundo social em sua amplitude, mas parte do mesmo (Capurro, 2019), o qual é marcado por desigualdades de gênero, raça, classe, capacidade, entre outros, próprios da organização social vigente na economia política do capital (Bezerra & Costa, 2022). Sendo assim, é preciso questionar quais as possíveis repercussões quando os algoritmos possuem tamanha centralidade na vida humana (Capurro, 2019), sobretudo quando se trata da saúde mental de crianças e de adolescentes, bem como de sua participação nas interações digitais e na construção do mundo social das futuras gerações.

No campo educacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) destaca, em seu Relatório de Monitoramento da Educação Global (2023), a necessidade de ampliar o debate sobre as transformações educacionais decorrentes da inserção das novas tecnologias. Em sua edição de 2022, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), promovido trienalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), revelou que o Brasil obteve pontuação média significativamente inferior à dos países da organização nos domínios de matemática, leitura e ciências (OCDE, 2023).

No contexto tecnológico, os dados do PISA indicaram que o uso de telas pode interferir negativamente no foco dos estudantes e, consequentemente, na aprendizagem (OECD, 2023). No Brasil, pesquisas mostram que oito em cada dez estudantes de quinze anos relataram distração com o celular durante as aulas de matemática (OECD, 2023). Por outro lado, a avaliação também apontou que o uso moderado de dispositivos digitais não é necessariamente prejudicial e pode estar associado positivamente ao desempenho escolar (OECD, 2023).

Nesse contexto, foi sancionada no Brasil, em janeiro de 2025, a Lei nº 15.100, que regulamenta a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis por estudantes da educação básica em escolas públicas e privadas, com o objetivo de proteger a saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes (Brasil, 2025c). A lei surge como uma tentativa de conciliar o potencial pedagógico das tecnologias com a proteção da saúde física e mental dos alunos (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025).

Com relação aos anos finais do Ensino Fundamental, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) destaca que essa fase corresponde à transição entre infância e adolescência, marcada por intensas transformações biopsicossociais. A partir disso, é necessário considerar os diferentes contextos de uso das telas, promovendo alternativas seguras e responsáveis sem culpabilizar familiares e cuidadores, mas orientando-os sobre os riscos do uso excessivo (Brasil, 2025b). Para Vygotsky (1991), o professor atua como mediador entre a criança e o mundo, auxiliando em seu desenvolvimento. Após os pais, os professores são os adultos que mantêm maior contato com crianças e adolescentes, podendo observar comportamentos associados ao uso das mídias digitais (Hendriyani et al., 2014) e atuar como mediadores de uma relação mais saudável com a tecnologia.

Dessa forma, considerando que o uso de mídias digitais por crianças e adolescentes é um fenômeno em ascensão, torna-se essencial compreender seus impactos no percurso formativo e no desenvolvimento psicossocial dos alunos. Portanto, esta pesquisa foi construída a partir do interesse em ampliar o olhar sobre um tema emergente na sociedade contemporânea, considerando as implicações das mídias digitais no cotidiano, na rotina escolar, nas dinâmicas familiares e nas relações sociais. Compreende-se que a análise dessas implicações pode contribuir para a promoção de experiências mais saudáveis e conscientes no uso das telas. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção de professores sobre os efeitos do uso de mídias digitais por crianças e adolescentes. Em específico, buscamos analisar seus sentimentos e atitudes em relação a esse uso, especialmente no que se refere aos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Além disso, analisamos seus relatos do uso de mídias na escola considerando o contexto de implementação da Lei nº 15.100/2025.

2. Método

2.1 Delineamento e participantes

Trata-se de um estudo qualitativo, com perspectiva construtivista (Burr, 1995) e de corte transversal. Como método, este estudo adota a perspectiva "Big Q", proposta por Virginia Braun e Victoria Clarke (Braun et al., 2022), compreendida como um posicionamento não positivista orientado pelos valores da pesquisa qualitativa. Essa abordagem reconhece a subjetividade da pesquisadora como um recurso para a investigação, entendendo os significados e saberes produzidos como contextualmente situados, parciais e provisórios. A reflexividade constitui um princípio central na condução da pesquisa, ao reconhecer que a produção de conhecimento é sempre situada e interpretativa, e não neutra ou objetiva (Braun & Clarke, 2021).

O tamanho da amostra foi definido com base nas recomendações para pesquisas qualitativas em Análise Temática Reflexiva (Braun & Clarke, 2019), segundo as quais o número de participantes não constitui, por si só, o único fator relevante. Dessa forma, a estimativa estipulada priorizou a obtenção de dados ricos, complexos e multifacetados sobre os padrões relacionados ao fenômeno de interesse (Sim et al., 2018).

Participaram sete professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental de uma instituição pública localizada no município de São Luís, MA. Entre os participantes, quatro se autodeclararam pardos e três, brancos. A Tabela 1 traz mais dados sociodemográficos. Os critérios de inclusão abrangeram professores com vínculo empregatício com a instituição selecionada, que atuavam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e tinham mais de cinco anos de exercício profissional na área da Educação. As disciplinas ministradas por esses professores eram: Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, Arte/Dança e Língua Espanhola.

2.2 Considerações Éticas

O estudo seguiu a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA) (CAAE:85313024.6.0000.5087), e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.3 Instrumentos e Procedimentos

Inicialmente, foi solicitada autorização para realização da pesquisa na instituição de ensino escolhida, mediante a assinatura da Carta de Aceite Institucional pelo diretor da escola. Após a autorização institucional e a aprovação do projeto pelo CEP/UFMA, o convite para participação na pesquisa foi enviado, por e-mail, à direção escolar e a alguns professores. Com o aceite de uma professora, iniciou-se a amostragem pelo método bola de neve, no qual os membros da população amostral indicam outros participantes, até que se alcance o tamanho da amostra desejado (Dewes, 2013).

Antes do início das entrevistas, os professores foram informados sobre os objetivos do estudo e, mediante concordância, assinaram o "TCLE". Em seguida, responderam ao "Questionário de Dados Sociodemográficos", de forma online e autoaplicável, por meio da plataforma Google Forms, acessada via link disponibilizado pela pesquisadora.

As entrevistas foram realizadas por meio de chamadas de vídeo na plataforma Google Meet, em dias e horários definidos conforme a disponibilidade dos entrevistados. O roteiro de entrevista semiestruturada foi organizado em dois blocos. O primeiro era composto por questões sobre a trajetória profissional dos educadores, como: "Há quanto tempo o(a) Sr.(a) trabalha na área da educação?"; "Qual(is) disciplina(s) você leciona na escola atual?". No segundo bloco, os professores respondiam a perguntas abertas relacionadas às mídias digitais, tais como: "Os alunos com os quais o(a) Sr.(a) atua fazem uso de mídias digitais na escola e em sala de aula? Caso sim, você considera que o uso desses aparelhos interfere no desempenho escolar?"; "O(a) Sr.(a) se sente seguro(a) e preparado(a) para lidar com o uso de telas pelos alunos em sala de aula?", entre outras. O roteiro completo da entrevista encontra-se disponível no Anexo A.

2.4 Análise de dados

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização dos participantes, e transcritas pela pesquisadora. O Questionário de Dados Sociodemográficos foi utilizado para fins de caracterização dos participantes do estudo. Para análise de dados, empregamos a Análise Temática Reflexiva, compreendendo-a enquanto método voltado ao desenvolvimento, análise e interpretação de padrões em conjuntos de dados qualitativos, envolvendo processos sistemáticos de codificação com vistas à construção de temas, que constituem o objetivo analítico central da análise (Braun & Clarke, 2021). Nesta abordagem de análise, o desenvolvimento de temas é compreendido como um processo ativo, que não se reduz à aplicação de um procedimento técnico ou a um passo a passo engessado, mas que se constrói em relação ao trabalho analítico realizado, implicando tomadas de decisão contínuas baseadas em premissas teóricas. Tal análise exige que a pesquisadora discuta sua prática de forma reflexiva e contextualmente situada, buscando, assim, contar uma história como analista e construir um argumento em relação aos dados (Braun et al., 2022).

Tabela 1- *Dados sociodemográficos dos professores*

Característica	N	%
Idade		
Entre 35 e 44 anos	2	28,6%

Entre 45 e 54 anos	3	42,9%
Entre 55 e 64 anos	2	28,6%
Identidade de gênero		
Homem	2	28,6%
Mulher	4	57,1%
Pessoa não binária	1	14,3%
Formação profissional		
Licenciatura em Ciências Biológicas	1	14,3%
Licenciatura em Dança	1	14,3%
Licenciatura em Letras - Português/Espanhol	1	14,3%
Licenciatura em Letras - Português/Francês	1	14,3%
Licenciatura em Letras - Português/Inglês	1	14,3%
Licenciatura em Matemática	1	14,3%
Química	1	14,3%
Pós-graduação		
Mestrado	2	28,6%

Doutorado	2	28,6%
Doutorado em andamento	2	28,6%
Pós-doutorado	1	14,3%
Renda familiar mensal		
De 5 a 10 salários mínimos	4	57,1%
Acima de 10 salários mínimos	3	42,9%

Fonte: os autores

3. Resultados

Após a leitura dos dados, revisão da literatura e processos reflexivos, construímos cinco temas principais e seus respectivos subtemas, com base na análise temática reflexiva (Braun & Clarke, 2021). Os temas serão apresentados a seguir e ilustrados com as falas dos participantes. Os nomes dos participantes foram ocultados a fim de preservar a sua identidade.

3.1 Opinião dos professores sobre o uso das mídias digitais pelos alunos

Este tema aborda a opinião dos professores quanto ao uso das mídias digitais por seus alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Foram identificados três subtemas: impactos no desempenho escolar e na concentração; impactos na interação social e prejuízos na qualidade do sono e nas habilidades motoras.

3.1.1 Subtema: Prejuízos no desempenho escolar e na concentração

Entre os elementos discutidos nas entrevistas, destacam-se os impactos do uso excessivo das mídias digitais no desempenho escolar. Nesse contexto, alguns professores apontaram que o acesso a redes sociais com conteúdos de curta duração interfere na concentração dos estudantes, sobretudo em atividades que exigem maior atenção e dedicação.

> *As mídias digitais, as informações que a gente acessa são de rápido consumo, então são frases curtas, são vídeos curtos, então quando a gente faz trabalhos, exercícios, atividades que são mais longas, que requerem um outro tipo de estado corporal, eles ficam impacientes. (Participante 1).*

Nessa perspectiva, os educadores relataram uma relação entre a queda no rendimento escolar e o acesso a conteúdos acelerados, já que os alunos apresentam dificuldade de manter a atenção em atividades mais elaboradas. Além disso, um professor percebeu prejuízos na escrita e na construção gramatical dos estudantes em decorrência do uso excessivo das telas: *"Eu tenho visto que prejudica muito na produção textual, principalmente manualmente, nas atividades que a gente faz em sala de aula, eu acho que tem muita dificuldade*

na construção de parágrafos, nas questões ortográficas e gramaticais. (Participante 2)". Diante disso, os professores enfatizaram o efeito negativo que o uso indiscriminado dos aparelhos tecnológicos exerce no desenvolvimento escolar dos alunos, o que foi complementado por este trecho: *"Os alunos mais concentrados são alunos que, muitas vezes, nem têm celular, nem levam o celular." (Participante 7)*.

3.1.2 Subtema: Mudanças na interação social

Grande parte dos professores relatou mudanças na convivência social. Esse subtema indica que, a partir do uso das mídias digitais, em especial dos *smartphones*, houve um processo de reconfiguração da interação social que, no contexto tecnológico, passou a ocorrer também por meio das telas. Esse novo modelo de interação é percebido, sobretudo, nos intervalos entre as aulas: "*Existia uma cena que era bem comum nos intervalos, que era de grupos de dois, no máximo três, que ficavam um ao lado do outro jogando, durante muito tempo, e eram vários grupos ao longo da escola." (Participante 2)*.

> A convivência social mediada pelas mídias digitais foi citada em diversos momentos: *Na verdade, o que a gente percebe dessa interação, é que ela ocorre, mas cada um com seu celular, um jogando com o outro, eles usam essa interação. Mas a conversa ali, de amigos, de colega e tudo, a gente não vê mais não, a gente vê pouco. (Participante 3)*.

Ainda nesse contexto, uma participante enfatizou:

> *Durante o recreio era uma coisa assim, meio que uma cena feia, uma cena triste. Era pra ter menino correndo, brincando (...). E eles estavam todos sentados no chão, encostados na parede, com a cara enfiada na tela jogando. (Participante 4)*.

Dessa forma, os participantes perceberam mudanças nas formas tradicionais de brincar. As atividades lúdicas antes praticadas nos espaços escolares vêm sendo substituídas por jogos *on-line* e brincadeiras virtuais, próprios da vivência dos nativos digitais. Diante disso, os professores manifestaram preocupação com possíveis prejuízos no desenvolvimento das habilidades sociais dos estudantes, como exemplificado no trecho a seguir:

> *Eles não usam muito em sala de aula, mas acabam usando muito durante o intervalo (...). Então eu vejo que esses alunos, em particular, eles estão muito mais ansiosos, eu acho que eles têm um repertório super reduzido em relação a assuntos. (...). Eu vejo que existe uma dificuldade maior em fazer, por exemplo, um trabalho em grupo, em se conectar com o outro, conseguir ouvir o que o outro diz, então eu acho que tem muitas dificuldades em relação ao se relacionar com o outro. (Participante 7).*

Essa percepção indica impactos nas habilidades sociais dos estudantes, evidenciados especialmente em atividades coletivas que exigem cooperação, escuta e diálogo. Além disso, o recreio, fundamental para a socialização, passa por uma reconfiguração ligada às telas, que, embora ofereçam oportunidades de interação, podem impactar o desenvolvimento social de crianças e adolescentes.

3.1.3 Subtema: Qualidade do sono e habilidades motoras

Alguns educadores relataram casos de alunos que chegavam à sala de aula aparentando cansaço e, ao serem questionados, afirmavam ter feito uso excessivo do celular durante a noite: *"Alguns chegam na sala*

fadigados, muito cansados, porque às vezes ficam em casa no telefone, na madrugada, escondido, e chega na sala de aula, parece que tá de ressaca, e aí você sente uma diferença."(Participante 1). Sob esse contexto, uma participante relatou uma situação em que precisou conversar com os responsáveis de um aluno, devido ao estudante passar boa parte da aula dormindo:

> *Esse aluno passava a aula toda deitado, dormindo, e eu tentando entender o que estava acontecendo. Quando tem um encontro de pais e mestres, eu converso com a mãe dele, e eu descubro que ela tinha dado pra ele um quarto, (...), e que ele dormia altas horas da madrugada usando a internet. Agora se era game, se era coisa pra idade, eu não sei. A mãe só dizia que ele usava o celular até muito tarde, (...), tinha muita dificuldade de acordar e por isso que tava assim na escola. (Participante 4)*.

Os relatos evidenciam que o uso das telas sem monitoramento durante a madrugada tem impactado a disposição e o rendimento dos estudantes em sala de aula. Entretanto, o problema ultrapassa o contexto escolar e revela um dilema vivido por muitas famílias, seja pela autonomia irrestrita concedida aos filhos, seja pela falta de orientação e preparo para lidar com o uso consciente das tecnologias.

Outro aspecto negativo está relacionado ao sedentarismo potencializado pelo uso excessivo das mídias: *"Corporalmente isso afeta bastante, me parece também que afeta em questões de coordenação motora, por exemplo, pela falta de mobilidade, da inércia que é o uso dessas mídias digitais no geral. No geral, elas convidam a gente ao sedentarismo, a posturas incorretas." (Participante 2)*. Os professores observam associação entre o uso prolongado de celulares e *tablets* e longos períodos de inatividade entre crianças e adolescentes. Essa condição pode comprometer o desenvolvimento motor, afetando coordenação, equilíbrio e ritmo, como relatado por uma professora durante atividades práticas na escola:

> *A gente vê que eles não têm tantas habilidades corporais. Na escola, eu também tenho um projeto da capoeira. (...). Então os meninos têm dificuldades motoras, não têm o equilíbrio, não têm ritmo, e isso tudo a gente adquire na infância, uma infância livre, uma infância onde você brinca livremente, você trabalha corporeidade livremente, era pra ser assim. E aí hoje tudo é tela, e eles acabam perdendo muitas habilidades que possivelmente não vão adquirir nunca mais. (Participante 7)*.

Os relatos reforçam a preocupação com a diminuição da experiência corporal dos estudantes, tendo em vista o surgimento de uma infância cada vez mais mediada pelas telas e menos permeada por brincadeiras e atividades ao ar livre.

3.2 Vantagens do uso de mídias digitais

Considerando o potencial das tecnologias como ferramentas educativas, os professores relataram utilizar mídias digitais como *notebook*, *tablet* e *datashow* durante as aulas. Apenas uma professora afirmou preferir o uso mínimo desses recursos, priorizando textos impressos e atividades práticas.

Algumas falas evidenciam que o uso planejado e racional do celular pode ser positivo e auxiliar durante as aulas: *"O uso do smartphone em sala de aula, de forma planejada, pré-planejada, implementada de forma racional, é muito bom, muito positivo, todo mundo falando a mesma língua, acessando a mesma coisa. Então eu vejo de forma muito positiva." (Participante 4)*. Isso pode significar uma convergência atencional relevante para a formação de vínculos entre professor e alunos. Essa dinâmica também foi observada em relatos que enxergavam

esses recursos como forma de dinamizar a apresentação do conteúdo didático, facilitando a pesquisa de imagens e esclarecimento de dúvidas dos alunos:

> *Então assim, eu vou dar aula de equação de segundo grau, eu quero mostrar onde é aplicado isso, aí eu coloco uma cena de tênis, um lançamento oblíquo, construção de uma ponte, isso tudo pra eu ganhar velocidade e mostrar. Não preciso desenhar, eu mostro as imagens e aí dá uma sequência muito boa. (Participante 5)*.

Outro aspecto identificado diz respeito à relação entre as tecnologias e o acesso ao mercado de trabalho. Segundo um dos participantes, a vilanização das mídias digitais pode ser prejudicial, já que a familiaridade com essas ferramentas tende a favorecer o desempenho profissional:

> *Me parece que colocar ou dizer que as mídias digitais, vilanizá-las, me parece um tiro no pé, porque, na nossa sociedade, os profissionais que têm afinidade com as mídias digitais a gente vê que tem maior desempenho, maior possibilidade de acesso ao mercado de trabalho. Então, coibir certas práticas com as mídias digitais pode fazer com que a gente crie desvantagens em relação ao mercado de trabalho desses estudantes no futuro. (Participante 2)*.

Essa fala destaca que o uso consciente e orientado não deve ser visto apenas como uma estratégia pedagógica, mas também como uma forma de preparar os estudantes para os desafios e exigências da contemporaneidade. Em um mundo globalizado, o domínio dessas ferramentas pode se tornar essencial para o enfrentamento da competitividade e das demandas do mundo do trabalho.

3.3 Responsabilidade compartilhada entre família e escola

Este tema ganhou destaque durante as entrevistas, abordando o uso ilimitado no ambiente doméstico e a importância do controle parental na manutenção do uso saudável das mídias digitais, como é possível perceber no relato a seguir: *"O uso orientado só tem na escola, em casa normalmente é o uso desorientado, ninguém olha, ninguém dá um exemplo. Então assim, esse uso 80/85% é desorientado, e eles estão em uma fase de esponja, eles absorvem tudo." (Participante 5)*. Os professores também ressaltaram como essa falta de monitoramento pode provocar possíveis impactos na saúde mental das crianças e adolescentes:

> *Tem muitas famílias que dão o celular desde cedo, e que perdem o controle sobre o regime dos filhos em casa. Então isso tá complicando demais as relações, a gente vê meninos ansiosos, depressivos, então tudo isso precisa que a família também pontue, porque a escola não vai dar conta de absorver tudo isso. (Participante 6)*.

Por outro lado, falas como a seguinte indicam os limites da responsabilidade atribuída aos profissionais. Evidencia-se que a comunidade escolar, quando não articulada com as famílias não é capaz de solucionar as problemáticas relacionadas ao uso inadequado das mídias digitais:

> *Chega um ponto que nós professores a gente tem uma limitação muito grande. Mas assim, a escola tá fazendo o papel dela, e te digo assim, a gente faz de forma hercúlea, é um trabalho hercúleo, cansativo, pesado, que às vezes a gente fica estressado e a gente adoece. E a gente vê que aquilo não tá sendo sanado, porque no momento que cruza o portão do colégio, 'Ele vai fazer a tarefa de casa?' Não sei. 'Ele vai ficar a tarde toda e a noite toda grudado na tela, seja escutando música no Spotify, seja vendo vídeo no YouTube, no TikTok, vai ficar?' Só que eu não tô na casa deles pra fazer esse controle. (Participante 4)*.

Esse relato expõe a sobrecarga imposta aos docentes diante da expectativa de solucionar questões que extrapolam o espaço escolar. Tal cenário gera sentimentos de impotência e solidão na tarefa de educar crianças para o uso responsável das tecnologias, podendo contribuir para o adoecimento físico e emocional desses profissionais::

> *No meu ponto de vista tudo perpassa pela família. Se a família não é estruturada, se ela não dialoga com os filhos, se ela não impõe regras, limites, não vai ser a escola que vai conseguir fazer isso sozinha. (...). é mais fácil que as famílias realmente dialoguem em casa, que mostrem realmente o papel do seu filho no momento da escola, no momento de sala de aula. (Participante 6).*

Nessa perspectiva, os professores enfatizaram a importância da responsabilidade familiar e do estabelecimento de regras e limites para o uso das mídias digitais. Assim, os professores relataram a necessidade de regulamentação em casa, ou seja, uma responsabilidade compartilhada entre família e a escola: *"Eu acho que tem que ter regulamentação tanto fora da sala de aula, como dentro de casa." (Participante 1)*. Essas falas refletem como, muitas vezes, pais, familiares e pessoas cuidadoras não possuem tempo, habilidades digitais e conhecimento para gerenciar tais ferramentas ou até mesmo para entender como funcionam esses espaços.

3.4 Busca por alternativas didáticas ao uso das mídias digitais

Para favorecer o uso equilibrado dos aparelhos tecnológicos, os professores relataram utilizar algumas estratégias didáticas, como projetos de literatura, dança, capoeira e a utilização dos espaços ao ar livre da escola. Vale ressaltar que essa iniciativa foi vista como positiva e como uma forma de diversificar as abordagens didáticas:

> *Olha, eu sou um ponto fora da curva, eu tento usar o mínimo possível, eu tenho usado mais textos, eu tenho usado muito o jardim, a gente tem uma área verde na escola, e aí a gente tem feito muitas experiências, muitas atividades práticas lá. Eu tenho usado mais os materiais impressos, os meninos confeccionando painéis, (...). Eu tenho usado mais jogos que a gente pode imprimir no papel, jogos mais corporais, mais participativos, que tenham mais o protagonismo dos alunos. (Participante 7).*

Além disso, os professores ressaltaram a importância de criar espaços de diálogo e reflexão com os alunos, para ajudá-los a desenvolver uma postura crítica diante das tecnologias, tendo em vista que as próprias experiências com as telas podem se tornar ponto de partida para reflexões significativas. Nessa via, um professor destacou a importância desses momentos: *"Então é sobre isso que eu fico pensando bastante, como que na prática da sala de aula, com os conteúdos e metodologias, eu consigo trazer reflexões que ajudem eles a discernir." (Participante 2)*. Tal postura indica a posição de mediador que o professor exerce nesse contexto, ao provocar questionamentos e discussões sobre as práticas e hábitos exercidos no mundo digital.

3.5 Regulamentação do uso de mídias digitais nas escolas - Lei nº 15.100/2025

Neste tema, destacaram-se as falas dos professores com relação à Lei nº 15.100/2025, que regulamenta o uso de aparelhos eletrônicos por alunos nas instituições de ensino. Os professores demonstraram apoio à normativa e destacaram que era algo esperado há muito tempo pela categoria: *"Todos nós professores, e aqui eu falo pelo menos por um grande número que trabalha comigo, a gente ansiava por isso há muito tempo." (Participante 4)*.

Embora todos tenham mencionado que, antes da lei, se sentiam seguros e preparados para lidar com o uso de telas pelos alunos, estabelecendo proibição por meio de acordos e regras em sala de aula, a chegada da lei foi vista como um recurso para fortalecer esse controle e respaldar atitudes que já existiam: *"Então tu começa a ter um controle maior, apesar que já tinha, mas a força da lei é que te facilita não ser o chato." (Participante 5)*. Essa oficialização da regulamentação que já predominava em sala também foi ressaltada por outra professora:

> *Eu sou a favor, porque não deixa de ser uma ferramenta que eu já usava na sala de aula, que é o acordo né, que eu dizia 'vamos colocar no mudo, no modo avião, dentro da mochila'. E agora poder fazer isso amparada por uma lei, porque quando é lei e vira uma normativa dentro da escola, eu posso dizer para o aluno 'olha, eu vou pegar o seu celular, você vai pra coordenação", coisa que se eu fizesse isso antes, meu Deus do céu, 'a professora pegou o celular, ela é louca.'". (Participante 4)*.

Ainda nesse âmbito, os professores destacaram a importância da regulamentação como forma de prevenir possíveis transtornos e abusos decorrentes da falta de monitoramento no ambiente digital, além de coibir o acesso a redes sociais inadequadas para a faixa etária: *"Tem que ter regulamentação, criança precisa, não tem essa história de você dar privacidade a ponto de não querer saber, pelo amor de Deus, é criança, é adolescente, isso pode evitar tantos abusos, tantos transtornos, tantas coisas." (Participante 1).* Outra professora complementa: *"E depois, por situações pontuais do colégio, a gente foi descobrir que eles usavam outras redes, inclusive que não eram pra idade deles." (Participante 4)*.

Essas falas evidenciam a vulnerabilidade à qual crianças e adolescentes estão expostos no ambiente virtual, onde as interações, muitas vezes invisíveis aos educadores, podem desencadear situações de sofrimento emocional. O relato de um dos participantes ilustra o caso de um estudante que precisou mudar de turma após ser vítima de ofensas e conflitos reiterados entre colegas, situação que só se tornou visível quando o próprio aluno buscou apoio:

> *Tem um caso também de um estudante que ele acabou mudando de turma, (...), por conta de uma situação de bullying, de várias ofensas, desavenças entre a turma. Ficou extremamente pesado pra ele e ocasionou que ele solicitasse a mudança de turma porque não estava mais se sentindo à vontade com aquela galera. E pra mim foi surpreendente, porque isso não aparecia tão evidente dentro da sala de aula, e eu só fui saber disso quando o estudante chegou pra me contar sobre o que tinha acontecido. Ele se sentiu na intimidade de me contar o que tinha acontecido com ele e tal, e de certa forma eu compreendi e dei o apoio, e ele acabou realmente mudando de turma e aparentemente agora ele tá bem. Mas o que me surpreendeu foi isso né, de ter uma coisa meio invisível, paralela, acontecendo, e que a gente não tem acesso aos grupos que eles fazem entre eles, por exemplo. (Participante 2)*.

Esse aspecto revela como práticas de *bullying* e, possivelmente, de *bullying* virtual, podem ocorrer em espaços paralelos aos ambientes monitorados pela escola, como grupos de mensagem ou redes sociais, dificultando a intervenção imediata dos professores. Além disso, uma fala destacou a necessidade de outras normativas que auxiliem na organização do espaço escolar, tornando-o mais propício para o desenvolvimento de atividades que favoreçam o brincar:

> *Sou totalmente a favor, eu acho que ela veio em um momento muito necessário, eu espero que ela se perpetue, e junto dela deveriam vir outras leis, outras formas de organizar o espaço da escola, com mais áreas ao ar livre, mais possibilidades do brincar, (...), dessa reconexão com a vida, que as pessoas estão perdendo, porque quando ficam muito com a tela deixam de viver. (Participante 7)*.

Esse trecho destaca uma preocupação não apenas com a regulamentação do uso das telas, mas também com a necessidade de promover experiências que resgatem a ludicidade e a interação social no ambiente escolar. Quanto à relação entre a implementação da lei e o rendimento escolar, um professor ressaltou que já foi possível observar uma pequena melhora no desempenho dos alunos:

> *A princípio, eu tenho observado que houve uma pequena melhora no rendimento deles com a proibição dos celulares. Já vi uma pequena melhora no rendimento, mas como eu te disse anteriormente, isso vai ser com o tempo, a gente vai vendo se de fato a retirada das telas melhoraram o foco, a atenção nas aulas. (Participante 3)*.

No entanto, por se tratar de uma normativa ainda em processo de implementação, os professores ressaltaram que ainda não é possível fornecer dados mais concretos sobre os efeitos da regulamentação:

> *Tá sendo interessante ver a diminuição, porque como eu falei, ainda existe né, mas a diminuição tá sendo bem interessante, sendo provocativa de certa forma. A lei tá aí pra ajudar e fazer a gente notar também, e como foi implementada agora vamos ver o que acontece nos próximos anos. (Participante 2)*.

Em contrapartida, foram evidenciadas as dificuldades no processo de implementação da lei, incluindo a ausência de espaços adequados para o armazenamento dos aparelhos e a insistência de alguns alunos em utilizá-los mesmo com a proibição: *"Só que é muito complicado, porque a gente não tem assim um espaço pra guardar esses celulares, e por mais que a gente fale, conscientize, sempre tem um aluno que puxa o celular da mochila, dá uma 'escapadinha'." (Participante 5)*. Além disso, um participante relatou as questões logísticas envolvidas na proibição do uso do celular durante o intervalo: *"Agora eles fazem menos uso, mas ainda fazem, porque na escola há uma flexibilização porque a gente não conseguiu resolver questões da cantina, que alguns alunos precisam fazer pix." (Participante 2)*.

4. Discussão

A partir das entrevistas, analisamos como os professores percebem e lidam com o uso de mídias digitais por estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. A partir da Análise Temática Reflexiva empregada, foi possível desenvolver temas e questões importantes, sobretudo sobre sentimentos, atitudes e desafios enfrentados no contexto escolar e em sala de aula. Propomos uma discussão de achados que privilegia, primeiramente, a análise dos impactos negativos atribuídos ao uso das mídias digitais pelos estudantes, conforme destacado nas entrevistas. Posteriormente, apresentamos as potencialidades reconhecidas pelos docentes e as estratégias de mitigação relatadas. Por fim, discutimos a percepção dos professores sobre a Lei nº 15.100 e seus efeitos no cotidiano escolar.

Observamos um sentimento recorrente de preocupação por parte dos docentes em relação às implicações percebidas no desempenho escolar e na concentração dos estudantes. Esse aspecto corrobora com um estudo realizado na Indonésia, que identificou a preocupação dos professores com os impactos das plataformas digitais e com a possibilidade das crianças desenvolverem dependência dessas mídias (Hendriyani et

al., 2014). Além disso, a dificuldade em manter a atenção em atividades duradouras e elaboradas foi ressaltada e vai ao encontro dos dados publicados pelo PISA (OECD, 2023), os quais revelaram o potencial de distração que os smartphones podem exercer nos estudantes.

Outros impactos ressaltados dizem respeito à escrita e às questões gramaticais. Uma vez que as mídias dão ênfase a conteúdos visuais, o trabalho com a linguagem escrita, que exige um caráter mais atento e argumentativo, foi apresentado como um desafio aos estudantes. Associado a isso, a literatura aponta que, em comparação com crianças menos expostas, aquelas que vivem sob intensa exposição midiática apresentam redução da criticidade e das habilidades criativas, além de menor desempenho na resolução de problemas (Abreu, 2019).

Em relação ao convívio social, os professores relataram mudanças significativas no comportamento dos alunos. Um exemplo disso é o relato de uma cena muito comum na escola durante os intervalos: alunos sentados pelos corredores, utilizando aparelhos celulares, especialmente para jogar uns com os outros e acessar redes sociais. Esse tempo, que antes era dedicado à interação social por meio de atividades físicas e brincadeiras, passou a ser marcado pela alta conectividade digital.

Sob a ótica de Vygotsky (1991), essa mudança é especialmente preocupante, uma vez que a brincadeira é considerada um espaço potencial para a expansão das habilidades infantis. Ao brincar de forma livre e espontânea, a criança experimenta um ambiente seguro, que favorece a socialização, a expressão emocional e o desenvolvimento do pensamento abstrato. Dessa forma, a substituição da brincadeira física pelo entretenimento mediado por telas é um fenômeno que deve ser observado com cautela, considerando as experiências fundamentais que o brincar proporciona para o amadurecimento emocional e o desenvolvimento cognitivo.

Ainda nessa via, a interação da criança com as pessoas ao seu redor constitui um elemento essencial para os processos de desenvolvimento, sobretudo no que Vygotsky define como Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), zona que abrange as funções que a criança ainda não domina, mas que pode desenvolver com o auxílio de um adulto ou de um par mais experiente. Assim, aquilo que hoje pertence à ZDP, ou seja, o que a criança realiza com assistência, torna-se, em um futuro próximo, parte do seu nível de desenvolvimento real, permitindo-lhe executar a tarefa de forma autônoma (Vygotsky, 1991).

Os participantes também demonstraram estar atentos aos possíveis prejuízos na qualidade do sono dos alunos. A Sociedade Brasileira de Pediatria (2016) reforça a importância de um sono adequado e de uma alimentação balanceada para o crescimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de destacar a necessidade de monitoramento desse público para que não excedam os limites recomendados de uso de telas. Ademais, foram citadas situações nas quais os professores perceberam possíveis impactos nas habilidades motoras, observados em atividades práticas em sala de aula ou em projetos de extensão na escola. Tais percepções convergem com estudos que sugerem consequências físicas do uso excessivo das telas, como posturas inadequadas e constantes, movimentos repetitivos e aumento do sedentarismo (Straker et al., 2018).

Uma investigação recente evidenciou que o Brasil está entre os três países com maiores índices de sedentarismo infantil relacionado ao uso de telas, sendo que menos da metade das crianças cumpre as diretrizes recomendadas de atividade física (Brasil, 2025b). Esses aspectos revelam como o uso excessivo das tecnologias não afeta somente o desempenho escolar, mas também pode comprometer aspectos da saúde física e do aperfeiçoamento das habilidades motoras dos estudantes, em concordância com a pesquisa de Providello et al. (2023). É importante destacar que, além da influência positiva para a saúde física, as vivências motoras também desempenham um papel importante no desenvolvimento cognitivo e emocional, ao estimular o exercício da criatividade, a socialização e a corporeidade (Brasil, 2025b).

Além disso, identificamos um sentimento de apreensão dos professores relacionado à qualidade e à natureza dos conteúdos acessados pelos estudantes, muitas vezes de forma irrestrita, no ambiente digital, preocupação que vai além do aspecto estritamente quantitativo do tempo de tela. Esse receio envolve situações como exposição a conteúdos inadequados para a faixa etária, a criação de perfis em redes sociais que demandam idade mínima para uso e a vulnerabilidade a episódios de bullying e bullying virtual. Esses resultados estão em consonância com pesquisas recentes que apontam que a ausência de supervisão aumenta os riscos de exposição a conteúdos violentos, práticas abusivas e interações prejudiciais, como o bullying virtual (Straker et al., 2018). Tais fatores são considerados de risco ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade, comportamento suicida ou de autolesão, transtornos alimentares, entre outros (Brasil, 2025b).

Destacamos, ainda, que essa discussão envolve a exposição, bem como participação dos jovens em dinâmicas de discursos de ódio propagados online. A título de exemplo, citamos o racismo algorítmico, o qual apresenta importante papel na manutenção estrutural das desigualdades raciais, tendo em vista que não só é alimentado por elas, mas também as alimenta (Bezerra & Costa, 2022).

De forma similar, reações conservadoras ao feminismo e à igualdade de gênero vêm crescendo nas plataformas digitais, onde se intensificam ataques aos direitos reprodutivos, aos estudos de gênero e às proteções LGBTQ+ (Awais & Ali, 2025), alinhadas à reação global contrária aos direitos humanos. No âmbito digital, destacam-se as comunidades online que promovem visões essencialistas de gênero, incluindo as “machosferas” (manosphere), presentes em diversas plataformas digitais (Hoebanx, 2025). Trata-se de um conjunto de redes relativamente difusas que exploram explicitamente as perspectivas, necessidades, ressentimentos, frustrações e desejos dos homens, tendo como típicos alvos as mulheres e o feminismo (Farrell et al., 2019).

Nesse sentido, é fundamental que haja proteção no ambiente online, tanto para as meninas, para que não sejam expostas a tais conteúdos violentos, tanto para os meninos, para que não engajem em conteúdos misóginos. Essas condições de desproteção e violação de direitos evidenciam, portanto, que não se trata apenas de uma questão de tempo de tela, mas de um problema estrutural, social, relacionado à mediação e orientação no uso das tecnologias (Brasil, 2025b).

Em consonância com essa preocupação, o poder público tem mobilizado medidas, tais como o Decreto nº 12.976, que estabeleceu diretrizes para a proteção de mulheres e meninas na internet (Brasil, 2026). A medida prevê deveres específicos para plataformas digitais em casos de violência online, incluindo a remoção célere de conteúdos íntimos divulgados sem consentimento após notificação. O decreto também reconhece diferentes formas de violência praticadas por meio de tecnologias digitais, como violência psicológica, perseguição digital, violência política de gênero, ameaças, discursos de ódio contra mulheres e meninas, bem como a manipulação de imagens e sons por inteligência artificial e outros recursos tecnológicos. Contudo, devido à implementação recente dessas medidas, ainda não é possível avaliar com clareza seu alcance nem sua efetividade na garantia de direitos e na proteção das meninas em ambientes digitais.

Embora as preocupações tenham recebido grande destaque durante as entrevistas, os pontos positivos do uso de mídias digitais também foram mencionados. Entre eles, destaca-se a possibilidade de integrar esses recursos ao planejamento pedagógico, ampliando estratégias de ensino e favorecendo o acesso à educação, especialmente em contextos de desigualdade, o que é considerado fundamental pela BNCC (Brasil, 2018). Sabe-se que crianças e adolescentes têm vivências únicas ligadas a determinantes sociais, como "classe, raça, gênero, lugar de origem, religião, cultura, território, ser pessoa com deficiência, quilombola, ribeirinha, indígena etc., que atravessam a relação desses sujeitos com o mundo que os cerca" (Brasil, 2025b, p. 16). Desse modo, em escolas com limitações estruturais, como falta de bibliotecas e carência de materiais didáticos, os dispositivos móveis podem se tornar valiosos instrumentos para democratizar o acesso à educação, promover a inclusão digital e proporcionar condições mais equitativas de aprendizagem (Brasil, 2018).

Em um cenário de constante avanço tecnológico, os recursos digitais estão cada vez mais presentes nas escolas e seu uso ocorre para diversas finalidades, como o acesso imediato à informação e a possibilidade de ofertar metodologias diversificadas de ensino. Nesse contexto, os professores destacaram que esse uso, de forma planejada e adequada aos objetivos educacionais, pode ser benéfico e auxiliar no desenvolvimento das atividades pedagógicas, conforme o estudo de Hancock (2019). Além disso, um dos professores ressaltou a importância de reconhecer o papel das mídias digitais como meio de ampliação das possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Essa perspectiva está alinhada às diretrizes da BNCC, que destacam a importância de garantir aos jovens aprendizagens que os preparem para atuar em uma sociedade em constante transformação (Brasil, 2018).

A ênfase dos educadores no controle parental sugere uma percepção de corresponsabilidade entre família e escola, uma vez que a comunidade escolar, sozinha, não é capaz de lidar com todas as questões que envolvem o uso das mídias digitais pelos alunos. Portanto, o discurso dos professores revelou um sentimento de impotência diante da ausência de limites estabelecidos em casa, o que reforça a necessidade dos pais e cuidadores refletirem com os filhos sobre os efeitos das mídias quando acessadas de forma excessiva. Esse aspecto está em consonância com o estudo de Hendriyani et al. (2014), que revelou a importância da família debater com os filhos as consequências do uso excessivo das telas. Aliado a isso, pode-se pensar em uma

corresponsabilidade entre os atores sociais envolvidos no cuidado com as crianças e adolescentes, ou seja, um desafio que envolve não só as famílias e instituições de ensino, mas também governos, empresas e a sociedade como um todo (Brasil, 2025b).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art.15, garante às crianças e adolescentes o direito à liberdade e, em seu inciso IV, afirma que esse direito compreende o brincar, praticar esportes e divertir-se. Problematiza-se a relação entre o uso excessivo de telas e a garantia desses direitos fundamentais, na medida em que podem existir mudanças na qualidade e quantidade de experiências livres e independentes nos espaços de contato com a natureza (Brasil, 2025b). A busca por alternativas didáticas ao uso das mídias digitais foi relatada como uma forma de reduzir a dependência dos dispositivos e favorecer o uso saudável desses recursos. Desse modo, a implementação de estratégias pedagógicas, como projetos literários, prática da capoeira e a utilização dos espaços ao ar livre, indica uma tentativa dos professores de assegurar o direito à desconexão e ao brincar, fatores que estudos científicos consideram fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar de crianças e adolescentes (Brasil, 2025b). Essas atitudes corroboram pesquisas que evidenciam a importância do acesso a espaços abertos para processos do desenvolvimento infantil, como autorregulação, capacidade física, redução do estresse e melhoria da saúde mental (Brasil, 2025b).

Além disso, os momentos de reflexão em sala de aula corroboram a pesquisa de Hendriyani et al. (2014) ao evidenciar o papel dos professores como mediadores na construção de uma relação saudável dos estudantes com as mídias. Assim, o contato frequente com as crianças e adolescentes lhes permite observar os padrões de comportamento associados ao uso dos celulares, fornecendo informações importantes para auxiliar no desenvolvimento de abordagens estratégicas sobre o uso adequado dos aparelhos tecnológicos, como ressaltado por Hendriyani et al. (2014). Para além do fator de distração, os celulares, quando utilizados de forma adequada, podem tornar-se aliados na resolução de problemas e na construção de "novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes" (Brasil, 2018, p. 61). Além disso, a educação midiática é fundamental para o desenvolvimento de habilidades críticas, éticas e cidadãs no uso dos meios digitais, e a comunidade escolar atua como facilitadora no processo de conscientização do uso mais equilibrado das mídias (Brasil, 2025a).

Os resultados também revelam uma percepção predominantemente positiva por parte dos professores quanto à implementação da Lei nº 15.100/2025. Para os participantes, a normativa representa um instrumento importante para a criação de um ambiente escolar mais equilibrado, capaz de favorecer tanto a convivência social quanto o uso pedagógico dos recursos tecnológicos, em consonância com as diretrizes da legislação (Brasil, 2025c). Embora muitos docentes já adotassem práticas de restrição ao uso desses dispositivos em sala de aula, permitindo-os apenas em atividades pedagógicas ou situações excepcionais, a oficialização legal foi compreendida como um mecanismo de reforço e legitimação dessas ações (Brasil, 2025a). Esse aspecto é relevante, pois dialoga com as discussões do Ministério da Educação sobre a necessidade de regulamentar o uso

de celulares no espaço escolar, garantindo que eles atuem como ferramentas de aprendizagem e não como fatores de dispersão (Brasil, 2025a). Nesse sentido, a lei não apenas consolida práticas já existentes, mas também estabelece um marco normativo que pode contribuir para a construção de uma cultura digital orientada por critérios pedagógicos e por princípios de equidade no acesso e na utilização das tecnologias.

Apesar da percepção positiva, os docentes alertaram que os efeitos ainda são incipientes, alguns relatam pequena melhora no foco e no rendimento, mas reconhecem que a avaliação concreta dependerá de estudos longitudinais. Além disso, como a norma ainda se encontra em processo de implementação, diversos obstáculos persistem. Entre eles, destaca-se a ausência de espaços adequados para o armazenamento seguro dos dispositivos. Há também dificuldades logísticas, como a necessidade de ajustar práticas rotineiras, como por exemplo, o pagamento de itens na lanchonete, que muitas vezes depende do uso do celular para realizar transações via Pix. Associado a isso, persiste a resistência de alguns alunos, que insistem em utilizar os dispositivos mesmo diante da proibição. Esses desafios revelam que apenas a sanção da norma não é suficiente para garantir sua efetividade, sendo necessário um processo de adaptação e diálogo com a comunidade escolar. Em vez de proibições rígidas, estratégias de mediação, como rodas de conversa entre estudantes, famílias e profissionais, podem auxiliar na discussão e construção de regras para a implementação da lei, ouvindo os próprios estudantes a fim de garantir que a regulamentação seja respeitada por todos (Brasil, 2025a).

Embora a normativa tenha sido percebida pelos docentes como uma ferramenta de apoio, sua implementação deve ser acompanhada de estratégias institucionais e políticas públicas, conforme apontam as orientações disponibilizadas pelo Ministério da Educação (Brasil, 2025a). Isso porque, além das demandas já impostas pelo trabalho pedagógico, como planejamento de aulas, correção de atividades e acompanhamento individualizado, a função de monitorar os estudantes, lidar com as resistências e administrar conflitos pode representar uma sobrecarga adicional para esses profissionais, conforme identificado por uma pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2025), que investigou a opinião dos professores sobre a proibição dos celulares nas escolas. Nesse âmbito, Viegas (2022) aponta que a acumulação de tarefas e a ampliação de responsabilidades constituem fatores de risco para o adoecimento físico e mental dos professores.

Nesse cenário, a exigência de mediar a relação dos alunos com as tecnologias, algo que muitas vezes foge à formação inicial, pode agravar a sensação de impotência e a carga emocional dos educadores (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025). Portanto, a efetividade da lei não deve se apoiar exclusivamente na figura do professor, mas ser acompanhada de programas de formação continuada sobre uso pedagógico das tecnologias, criação de equipes de apoio à gestão e implementação de protocolos claros para fortalecimento da comunidade escolar (Brasil, 2025a). Sem essas medidas, corre-se o risco de transformar uma política pública voltada à melhoria do ambiente escolar em mais um elemento de precarização do trabalho docente, com impactos diretos sobre a saúde mental e a qualidade do ensino (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2025).

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar as percepções de professores sobre os efeitos do uso de mídias digitais por estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Sob a ótica dos professores, oferecemos contribuições relevantes para a compreensão das vivências de crianças e adolescentes na contemporaneidade no que se refere à relação com as tecnologias, considerando que esse público dedica parte significativa do seu cotidiano aos recursos digitais. Entre as limitações do estudo, destacamos o recorte sociodemográfico da amostra, composta por participantes com alta escolaridade, residentes na capital do estado e pertencentes às classes de renda média e alta.

Nossos achados indicam que os docentes percebem impactos negativos decorrentes do uso excessivo de mídias digitais, sobretudo de dispositivos móveis, com implicações para o desempenho escolar, a concentração, a socialização, a qualidade do sono e o desenvolvimento motor. Mais do que o foco no tempo de exposição, as análises sugerem que a atenção também deve recair sobre os contextos e conteúdos acessados pelos estudantes, diante dos riscos do ambiente digital quando não há monitoramento adequado e as implicações para a saúde mental. A percepção de um uso desorientado das tecnologias fora da escola reforça a necessidade de uma atuação articulada entre família, instituições de ensino e poder público, com o objetivo de zelar pela saúde e segurança digital de crianças e adolescentes.

Paralelamente, os resultados evidenciam o potencial didático das mídias digitais quando implementadas de forma planejada aos objetivos educacionais, considerando o tempo e os conteúdos. Nesse sentido, as tecnologias podem constituir ferramentas aliadas ao processo de aprendizagem e ao desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos, desde que acompanhadas de orientação e mediação. Além disso, ao incorporar essas novas linguagens de comunicação, a comunidade escolar pode educar os estudantes para usos mais seguros dos recursos tecnológicos e para uma participação mais consciente na cultura digital, assegurando o cumprimento das diretrizes da BNCC. Todavia, esse cenário impõe desafios adicionais à comunidade escolar e pode gerar sobrecarga ao trabalho docente. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que auxiliem os professores na mediação do uso adequado das tecnologias e na identificação de comportamentos não saudáveis entre os alunos.

Por fim, a regulamentação do uso de celulares nas escolas é percebida com otimismo, embora sua efetividade dependa de investimentos estruturais e pedagógicos que assegurem um ambiente mais equilibrado e significativo para o desenvolvimento integral dos estudantes. O investimento em espaços escolares ao ar livre e em áreas destinadas à prática de atividades físicas pode favorecer momentos fora das telas, estimulando o brincar e a socialização. Nesse contexto, torna-se imprescindível a articulação entre Estado, sociedade civil, empresas, família e escola, a fim de garantir oportunidades seguras e saudáveis a todos os estudantes, que irão beneficiá-

los tanto no ambiente *online* quanto no *offline*. Somente por meio dessa articulação de esforços será possível transformar as mídias digitais em aliadas estratégicas para o desenvolvimento humano e para a construção de uma educação mais crítica e emancipadora, em consonância com os direitos fundamentais assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se a realização de estudos aprofundados sobre os possíveis impactos do uso inadequado das telas nas habilidades sociais e competência social dos estudantes, bem como os efeitos da lei que regulamenta o uso de celulares nas escolas. Além disso, outro aspecto relevante seria ampliar a amostra, incluindo professores que atuam em escolas localizadas em cidades do interior, considerando as especificidades de cada contexto. Tais investigações podem contribuir significativamente para o avanço científico da área e para a atuação de profissionais da saúde e da educação.

Declaração de disponibilidade de dados

Este artigo fundamenta-se na análise de um conjunto de dados que contém informações sensíveis, razão pela qual não é possível disponibilizá-lo publicamente. Em conformidade com as diretrizes editoriais da revista, o artigo está isento da obrigatoriedade de registro em repositórios públicos e da divulgação integral dos dados utilizados.

Referências

Abreu, C. N. de (2019). Entendendo o impacto cognitivo da dependência de internet em adolescentes. In: Young, K. S. & Abreu, C. N. de (Orgs.), *Dependência de internet em crianças e adolescentes: fatores de risco, avaliação e tratamento* (pp. 103-124). Porto Alegre: Artmed.

Awais, M., & Ali, F. (2025). The annual struggle for equality: Analysis of Aurat March coverage in Pakistan's English print media (2018–2024). *Women's Studies International Forum*, 110, p. 103088. https://doi.org/10.1016/j.wsif.2025.103088

Bezerra, A. C., & da Costa, C. M. (2022). Pele negra, algoritmos brancos: informação e racismo nas redes sociotécnicas. *Liinc em revista*, *18*(2), e6043. https://doi.org/10.18617/liinc.v18i2.6043

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação. Brasília: MEC. Recuperado de https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Brasil. (2025a). *Conscientização para o uso de celulares na escola: por que precisamos falar sobre isso?* Ministério da Educação. Recuperado de https://www.gov.br/mec/pt-br/celular-escola/guia-escolas.pdf

Brasil. (2025b). *Crianças, adolescentes e telas: guia sobre usos de dispositivos digitais*. Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Recuperado de https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/guia-de-telas_sobre-usos-de-dispositivos-digitais_versaoweb.pdf

Brasil. (2026, maio). *Governo do Brasil publica decretos que atualizam regras do Marco Civil da Internet e reforça proteção às mulheres no ambiente digital.* https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2026/maio/governo-do-brasil-publica-decretos-que-atualizam-regras-do-marco-civil-da-internet-e-reforca-protecao-as-mulheres-no-ambiente-digital

Brasil. (2025c). *Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica*. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm

Braun, V., Clarke, V., & Hayfield, N. (2022). 'A starting point for your journey, not a map': Nikki Hayfield in conversation with Virginia Braun and Victoria Clarke about thematic analysis. *Qualitative Research in Psychology*, *19*(2), 424–445. https://doi.org/10.1080/14780887.2019.1670765

Braun, V. & Clarke, V. (2021). *Thematic Analysis: A Practical Guide*. Sage.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). To saturate or not to saturate? Questioning data saturation as a useful concept for thematic analysis and sample-size rationales. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health, 13*(2), 201-216. https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1704846

Burr, V. (1995). *An introduction to social constructionism.* Routledge.

Capurro, R. (2019). Enculturating Algorithms. *Nanoethics,* 13, 131–137. https://doi.org/10.1007/s11569-019-00340-9

Dewes, J. O. (2013). *Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos.* Recuperado de https://lume.ufrgs.br/handle/10183/93246

Farrell, T., Fernandez, M., Novotny, J., & Alani, H. (2019). Exploring misogyny across the manosphere in reddit. *WebSci '19: Proceedings of the 10th ACM conference on web science* (pp. 87-96). https://doi.org/10.1145/3292522.3326045

Goetz, J., & Mayer, S. (2023). Global Articulations of Anti-Feminism. *Global Perspectives on Anti-Feminism*, 245. http://www.jstor.org/stable/10.3366/jj.7358671.

Hancock, M. (2019). *Tecnologia nas escolas: iniciativas, políticas e métodos para manter a saúde cibernética dos alunos*. In: Young, K. S. & Abreu, C. N. de (Orgs.), *Dependência de internet em crianças e adolescentes: fatores de risco, avaliação e tratamento* (pp. 306). Porto Alegre: Artmed.

Hendriyani, Hollander, E., d'Haenens, L. & Beentjes, J. (2014). *Views on children's media use in Indonesia: Parents, children, and teachers*. *International Communication Gazette*, 76(4–5), 322–339. doi: http://dx.doi.org/10.1177/1748048514523527

Hoebanx, P. (2025). Studying those we oppose: A reflexive ethical framework for researching antifeminist women online. *Women's Studies International Forum, 113*, 103196. https://doi.org/10.1016/j.wsif.2025.103196

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (2023). *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023: Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?* Paris: UNESCO. doi: https://doi.org/10.54676/CUYC7902

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2023). *PISA 2022*. doi: https://doi.org/10.1787/53f23881-en

Prensky, M. (2001). *Digital natives, digital immigrants*. *MCB University Press*, 9(5). Recuperado de https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf

Providello, C. F., Ferreira, M. C. F., & Hage, S. R. V. (2023). *Uso de telas de mão e desenvolvimento da linguagem – percepção dos pais para a construção de cartilha orientativa*. *Revista CEFAC*, 25, e1923. doi: 10.1590/1982-0216/20232541923s

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2025). *Percepção dos profissionais da rede pública de ensino do Distrito Federal sobre a proibição do uso do celular nas escolas: Lei nº 15.100/2025*. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 108p. Recuperado de https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2025/05/relatorio-pesquis-lei-15100-proiicao-celular-escolas.pdf

Sim, J., Saunders, B., Waterfield, J., Kingstone, T. (2018). *International Journal of Social Research Methodology, 21*(5), 619-634. https://doi.org/10.1080/13645579.2018.1454643

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). (2016). *Saúde de crianças e adolescentes na era digital: manual de orientações* (n. 1). Recuperado de https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/11/19166d-MOrient-Saude-Crian-e-Adolesc.pdf

Straker, L., Zabatiero, J., Danby, S., Thorpe, K., & Edwards, S. (2018). *Conflicting guidelines on young children's screen time and use of digital technology create policy and practice dilemmas*. *The Journal of Pediatrics*, 202, 300–303. doi: https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2018.07.019

Viegas, M. F. (2022). *Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica*. *Educação e Pesquisa*, 48, e244193. doi: https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248244193

Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. (4a ed). São Paulo: Martins Fontes.

Editor Responsável: Débora P. N. Pinheiro

Recebido/Received: 12.08.2025 / 08.12.2025

Aprovado/Approved: 06.08.2026 / 08.06.2026

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- BLOCO 1:

1. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) trabalha na área da educação?
2. Há quanto tempo trabalha na escola atual?
3. O(a) Sr.(a) trabalha em outra escola?
4. Qual(is) disciplina(s) o(a) Sr.(a) leciona na escola atual?

- BLOCO 2:

5. O(a) Sr.(a) faz uso de mídias digitais?
6. Qual é a frequência de uso desses dispositivos?
7. O(a) Sr.(a) utiliza essas mídias como recurso didático durante as aulas?
1. Os alunos com os quais o Sr.(a) atua fazem uso de mídias digitais na escola e em sala de aula? Caso sim, o(a) Sr.(a) considera que o uso desses aparelhos interfere no desempenho escolar?
2. Qual é a sua opinião sobre o uso desses aparelhos por alunos dessa faixa etária?
3. O(a) Sr.(a) poderia me contar experiências já vivenciadas envolvendo o uso de telas por seus alunos?
4. O(a) Sr.(a) considera que o uso desses aparelhos, nessa faixa etária, traz mais benefícios ou malefícios?
5. O(a) Sr.(a) considera que houve aumento no uso de telas após a pandemia de Covid-19?
6. Na sua opinião, o uso frequente das mídias digitais pode interferir na aprendizagem das crianças?
7. O(a) Sr.(a) considera que o uso frequente das mídias digitais pode interferir na concentração das crianças durante as aulas?
8. O(a) Sr.(a) considera que o uso das telas interfere nas relações sociais entre as crianças e seus colegas de turma?
9. O(a) Sr.(a) percebe alterações no comportamento infantil em decorrência do uso das mídias digitais?
10. O(a) Sr.(a) se sente seguro(a) e preparado(a) para lidar com o uso de telas pelos alunos em sala de aula?
11. O(a) Sr.(a) é favorável à implementação da Lei nº 15.100/2025?